



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE

ASSUNTO: Análise recursal - Empresas Recorrentes: NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA. Pregão Eletrônico SRP n. 06/2023 - Homologação - Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid.

### **DECISÃO Nº 1 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia (ASSENGE), visando a eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) nos imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste Tribunal no tocante à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente (0886759).

Após a realização do certame, vieram os autos para análise e homologação do Pregão Eletrônico n. 06/2023.

Publicado o Edital de Pregão Eletrônico n. 06/2023 (0989252), houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos (0993451 e 0993454), dos quais um resultou em suspensão de certame (0993873).

Depois de alterado o Termo de Referência a segunda minuta de Edital foi convertida no Edital de Pregão Eletrônico n. 6/2023 (1019881), que teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

Em relação à primeira publicação houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos (0993451 e 0993454), dos quais um resultou em suspensão de certame;

Houve uma impugnação ao edital. Todavia, como a licitação já havia sido suspensa, a impugnação foi recebida como informação e encaminhada à unidade técnica-demandante para conhecimento (0993459).

Em relação à segunda publicação, houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido (1025613); e uma impugnação ao edital julgada improcedente (1025862).

Para instrução do processo, o Pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) pedido de esclarecimento manejado pela empresa Ourolux Comercial LTDA, CNPJ sob o n. 05.393.234/0001-60, respondido pelo Pregoeiro com apoio da unidade técnica por meio dos eventos n. 1025613 e

n. 1024594); b) impugnação avariada no dia 26/06/2023 pela empresa Mvo Soluções em Engenharia LTDA, CNPJ 50.625.712/0001-74 (1025862), julgada improcedente pelo Pregoeiro (1025862); c) relatório de propostas - Comprasnet (1026513); d) propostas e documentos de habilitação das licitantes juntados nos volumes IV e V do processo; e) ata do Pregão Eletrônico (1032288); f) intenção de recurso e suas razões interpostas pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA (1036246 e 1036248); g) Contrarrazões apresentadas pela VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA. (1036294); h) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente os recursos mencionados (1037721 e 1037722). Por fim, juntou o Relatório n. 44/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1037734), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA.

Na fase recursal, houve 3 (três) registros de intenção de recurso, conforme consta na Ata do Pregão (1032288). Entretanto, apenas as licitantes NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA apresentaram suas razões recursais.

Em síntese, a empresa NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA., pelo não atendimento aos requisitos de habilitação técnica (1036246)

Por sua vez, a empresa SGP ENGENHARIA LTDA sustentou que a empresa vencedora descumpriu as normas do edital, em especial, a não apresentação da CERTIDÃO DE FALÊNCIA, do ATESTADO e ACERVO, a potência nominal mínima de 250 KVA para o Posto de Transformação Trifásico (1036248).

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora defendeu que as peças recursais das recorrentes não sejam conhecidas e no mérito INDEFERIDAS INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos em suas razões (1036294).

O Pregoeiro conheceu dos recursos, uma vez que tempestivos e adequados. Contudo, no mérito, com apoio técnico da unidade demandante, manteve a decisão atacada e manifestou-se pela improcedência dos recursos (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação (1036505, 1037721, 1037722).

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da AJSAOFC opinou pelo conhecimento dos recursos e pela sua improcedência, com manutenção da decisão do Pregoeiro; pela adjudicação do objeto do lote único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA; e pela homologação do certame, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, com devolução dos autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no DOU e DJE, com juntada do comprovante nos autos (1038079).

É o necessário relatório. Passo a análise dos recursos.

Preliminarmente, verifica-se que as recorrentes participaram do certame, caracterizando o seu interesse. Os recursos foram apresentados tempestivamente e na forma prevista no edital, assim, deles conheço.

No mérito, verifica-se que as razões da recorrente não merecem

prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas.

Como relatado, a licitante NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA dispõe que a licitante vencedora não teria atendido os requisitos de habilitação técnica, registrando, em síntese, o seguinte (1036246):

"Sem mais delongas, requer a inabilitação da licitante recorrida VOLTBRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA pois não atendeu aos itens 9.3.1. b), b1, b2, b3 por falta de atestado operacional quem comprove execução de subestação, apresentou CAT's irregulares e sem registro de atestado bem como uma suspeita de falsificação na confecção do atestado JEDA, ainda nos itens 9.3.2. a), a3 por não apresentar contrato de prestação de serviços do profissional técnico responsável pela empresa e o item 19.6 que é vedada inclusão de documentação posterior que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, motivos em que, pede-se a inabilitação dos mesmos para que um licitante que esteja realmente certo e seguiu todas as regras do certame seja declarada como vencedora. Aguarda-se deferimento."

Compulsando a manifestação da unidade técnica demandante (1036505), verifica-se que as regras editalícias foram cumpridas na medida em que as certidões de acervo técnico (CAT) e as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) foram emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, conferindo autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes (1030838 e 1032171).

Quanto ao recurso da licitante SGP ENGENHARIA LTDA (1036248), essa, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA, pela suposta não apresentação de documentação exigida no Edital, bem como afirma que o pregoeiro teria ferido as determinações legais e editalícias, tendo em vista que aceitou a inclusão de documentação posterior à diligência.

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA (1036294) registra que o edital prevê no seu item 10.3 e seus subitens que havendo erro, falha ou eventual necessidade de complementação da documentação do edital quando verificado pelo pregoeiro, poderá ser suprimido através de função PRÓPRIA do sistema Comprasnet denominada de CONVOCAR ANEXO, o que de fato foi feito e adequado. No item 8.9 e seguintes do edital, de forma complementar esclarece ainda que a critério do pregoeiro que vendo a necessidade de complementação de documentação, poderá o fazer.

Com efeito, de acordo com o edital, o fato de os documentos de habilitação deverem ser apresentados quando do cadastramento de proposta não impede que o Pregoeiro solicite documentação complementar. Aliás, constitui dever do Pregoeiro efetuar diligências que visem sanar erros ou falhas que não comprometam a proposta ou modifiquem a habilitação. Ademais, tal previsão, assim como o ato praticado pelo Pregoeiro, encontra amparo na jurisprudência do TCU, como no Acórdão n. 988/2022 - Plenário citado pelo Pregoeiro na linha do recente do paradigmático Acórdão n. 1211/2021 - Plenário.

Dessa forma, agiu corretamente o Pregoeiro ao rejeitar em sua análise as alegações das empresas recorrentes. Conclui-se, portanto, que todas as decisões tomadas pelo pregoeiro foram pautadas em critérios técnicos, avaliando todas as razões do recurso, com suporte em normas

pertinentes ao assunto, não merecendo reforma.

Além disso, em que pese o descontentamento via recursal, verifica-se, de modo geral, que no certame foram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e à Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) CONHEÇO DOS RECURSOS interpostos pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 24.995.315/0001-84, e SGP ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 34.475.260/0001-35, e no MÉRITO NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) ADJUDICO o item único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA CNPJ n. 26.795.225/0001-75, face a improcedência dos recursos interpostos; e

c) HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 06/2023, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (1032288).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 10/08/2023, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040678** e o código CRC **1CD87971**.